

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR BORGES DA FONSECA NO JORNAL **ABELHA**  
**PERNAMBUCANA** (1829-1830): INTELLECTUAIS E IMPRESSOS

MAÍRA LEWTCHUK ESPINDOLA\*

Este texto é fruto de algumas inquietações iniciais da nossa pesquisa doutoral. Este artigo tem como objetivo principal interpretar as ações, principalmente as voltadas para a instrução, do intelectual e professor paraibano Borges de Fonseca durante sua atuação como redator do jornal **Abelha Pernambucana**. O recorte histórico adotado é de 1829, data de fundação do jornal, a 1830, quando Borges da Fonseca fechou a tipografia no Pernambuco e mudou-se para o Rio de Janeiro. A compreensão das fontes foi uma grande questão a ser trabalhada por nós, (re)construí-las e interpretá-las tornou-se um processo contínuo, no qual fomos diversas vezes aos arquivos e construímos diversos questionamentos. Esse procedimento não poderia ser feito externo ao nosso conhecimento dos contextos históricos dos sujeitos que produziram tal fonte, entender o contexto histórico sobre tal momento foi um condicionante importante para a construção desse artigo.

Para tal, tivemos que separar qual o tipo de fonte queríamos usar na pesquisa. Escolhemos, desse modo, trabalhar com os jornais, para Morel e Barros (2003: 08) há uma crescente produção de pesquisas na história que se utilizam da imprensa como fonte documental, essa fonte “[...] integra-se a outros materiais que dão suporte a pesquisas e reflexões em áreas diferentes”. Inicialmente, catalogamos os exemplares do jornal **Abelha Pernambucana** do ano de 1829 e 1830 encontrados no Arquivo Digital da Biblioteca Nacional, depois procuramos outros jornais do mesmo período, a saber: **O Cruzeiro** e **Amigo do Povo**.

Para Luca (2010), existem três desafios centrais para pesquisarmos com a imprensa no Brasil, a saber: a *materialidade*; a *catalogação*; e a *posição do jornal em seu contexto*. Quanto à primeira e a segunda questão, nos utilizamos de documentos digitais, o que facilita o trabalho do pesquisador, segundo Amorim (2001), o processo de digitalização eletrônica dos arquivos facilita a recuperação e a preservação dos originais, além de otimizar o acesso à

---

\* UFPB. Doutoranda do PPGE/UFPB. Membro do HISTEDBR-PB e do GHENO-PB. Bolsista da CAPES.

informação<sup>1</sup>. Porém, há também uma pré-seleção do que será ou não digitalizado, gerando para o pesquisador um acesso limitado e recortado dos documentos existentes no acervo físico do Arquivo.

### **Breve trajetória intelectual e política de Antônio Borges da Fonseca**

Borges da Fonseca ficou conhecido na historiografia brasileira pela sua atuação na Imprensa e no Império, editou mais de 25 periódicos, como por exemplo: **Gazeta Paraibana, Abelha Pernambucana, O Repúblico, A Paraibana, O Nazareno, O Tribuno e Compatriotas.**

Antônio Borges da Fonseca nasceu na capital da Parahyba no dia sete de Abril de 1808. Era filho ilegítimo do Tenente Coronel Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca<sup>2</sup> e de uma índia. Segundo Santos (1994), viveu em um período turbulento durante a sua infância, morando ora com a mãe na Parahyba ora com o pai em Pernambuco. “Na casa paterna, funcionários da administração provincial, padres do Seminário de Olinda e frades, reuniam-se à noite para discutir as reformas que a nação reclamava, denunciar violências, esmerilhar velhos rancores.” (SANTOS, 1994: 22).

Em 1826, Borges da Fonseca frequentou o Lyceo Pernambucano e não o Seminário Episcopal de Olinda, pois essa instituição não admitia filhos ilegítimos (SANTOS, 1994; FONSECA, 2011). Santos (1994) afirma que, ao pesquisar no livro de registro de matrícula do Seminário de Olinda entre 1822 e 1829, não encontrou o nome de Borges da Fonseca. Para os autores Santos (1994) e Fonseca (2011), o mito de Borges da Fonseca ter estudado nessa instituição foi criado pelo próprio intelectual, pois ele “[...] recebeu muita influência dos padres e tomou contato com o pensamento ilustrado.” (SANTOS, 1994: 24). Santos (1994) ainda destaca que Borges da Fonseca não terminou o curso da Academia de Direito em Recife.

Aos 20 anos em 1828, se vinculou à sociedade secreta *Jardineira* ou *Carpinteiros de São José* (SANTOS, 1994; SODRÉ, 1999; FONSECA, 2011) e fundou o segundo jornal

---

<sup>1</sup> É importante salientar que Amorim (2001) defende que os arquivos possuam uma abordagem híbrida para preservação dos documentos, ou seja, que se utilizem da microfilmagem para a preservação e da digitalização eletrônica para o acesso das informações.

<sup>2</sup> Segundo Fonseca (2011), o pai de Borges da Fonseca participou da revolta republicana em 1817 e foi membro do governo provisório criado em Pernambuco em 1821.

parahybano<sup>3</sup>, o **Gazeta Paraibana**. Alcides Bezerra (1922: 51), no final da Primeira República, escreveu um texto sobre a imprensa parahybana e registrou que em 1828 “[...] surgia a ‘Gazeta Parahybana’, cujo o redactor-chefe era o liberal de grande renome Antonio Borges da Fonsêca. ‘Gazeta’ deu logar ao primeiro processo contra o crime de abuso de liberdade de imprensa havido aqui.”

Ocupou, também no mesmo ano, o cargo de professor lente de Primeiras Letras, na Cidade Alta, bairro da capital da Parahyba. Segundo Silveira (2000: 31-52, paginação irregular) foi no início do século XIX que “[...] surgem tipografias, editando os primeiros jornais paraibanos, entre os quais o de Borges da Fonseca, que chegou a ir ao Tribunal do Júri por crime de opinião.” Foi preso por “abusos de liberdade”, e encaminhado para a Fortaleza de Cinco Pontas em Recife, onde permaneceu por pouco tempo até ser julgado inocente (SANTOS, 1994).

Ao ser liberto, em 1829, funda o jornal **Abelha Pernambucana** em Recife. Selecionamos esse periódico para analisarmos nesta tese por alguns motivos, a saber: inicialmente pela disponibilidade desse jornal, arquivado em série e com quase todos os exemplares disponíveis; também pelo fato de encontrarmos diversas referências à Parahyba no jornal; e por fim, pelo tema educação/instrução estar em evidência nesse periódico.

Ao fechar a tipografia pernambucana em 1830, Borges da Fonseca mudou-se para o Rio de Janeiro e fundo o jornal **O Republico**. Segundo Silva (2010: 19):

*Foi no conjunto das discussões sobre a liberdade, a soberania e o pacto social que o liberal exaltado Antônio Borges da Fonseca apareceu na cena pública do Rio de Janeiro, publicando O República. O periódico foi redigido por ele com o principal intuito de discutir o governo de D. Pedro I que, em 1830, encontrava-se profundamente abalado pelas críticas que punham em cheque a sua constitucionalidade. Acompanhando os acontecimentos políticos que precederam a abdicação do Imperador, bem como se posicionando frente a estes, o jornal permitiu aos leitores, ainda que sob a perspectiva particular de seu redator, acompanhar o desenrolar das disputas travadas na Corte. O República teve grande repercussão no Império. Como agente e protagonista, debateu sobre a liberdade de imprensa, combateu as “arbitrariedades”, difundiu os princípios de representação política, divisão de poderes e direitos e deveres do cidadão. Ao mesmo tempo em que forneceu suporte a valores e idéias, ostensivamente serviu de forte instrumento de luta política.*

---

<sup>3</sup> Bezerra (1922) explicou que dois anos antes do jornal de Borges da Fonseca, surgiu o primeiro jornal parahybano. Chamava-se **Gazeta do Governo da Parahyba do Norte**, o primeiro exemplar foi vinculado no dia 16 de fevereiro de 1826 e era impresso pela Typographia Nacional da Parahyba, a qual possuía administração do inglês Walter S. Boarman.

Em 1842 foi nomeado Professor do Lyceo Parahybano pelo Presidente Pedro Roiz (FERRONATO, 2012). Fez parte da Revolução Praieira, em Pernambuco, em 1848.

Em 1867, escreveu uma obra autobiográfica intitulada “Manifesto Político. Apontamentos de minha vida política e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Melo”. Faleceu em Nazaré no ano de 1872.

### **O Jornal Abelha Pernambucana**

Fonseca (2011) relata que entre os anos de 1829 a 1831 tinham cerca de 15 periódicos que circulavam e eram impressos na cidade do Recife, a maioria dos seus redatores eram padres, por isso “[...] a alcunha de ‘abatinada’ emprestada por Borges da Fonseca à imprensa de Pernambuco. [...]” (FONSECA, 2011: 01). Para pensarmos o jornal de Borges da Fonseca resolvemos trabalhar com outros dois jornais de oposição ao **Abelha: O Cruzeiro** e o **Amigo do Povo**.

No Arquivo Digital da Biblioteca Nacional, os jornais estão arquivados em séries - importante de acordo Luca (2010) - encontramos 141 edições do **Abelha Pernambucana** dos anos de 1829 e 1830 (apenas a edição número 119 não está disponível). Dos outros dois jornais - **O Cruzeiro** e **Amigo do Povo** - restringimo-nos a consulta das edições publicadas nos mesmos anos, para o primeiro encontramos 465 edições e o segundo 82 edições. A maior parte das edições desses três jornais possuíam duas folhas e em raros números encontramos três folhas<sup>4</sup>.

O jornal **Abelha Republicana** foi fundado assim que Borges da Fonseca se estabeleceu em Recife, aos 21 anos com ajuda financeira da sociedade secreta **Carpinteiros de São José** ou **Jardineira** (FONSECA, 2011), seu primeiro número circulou no dia 24 de Abril de 1829 e o último no dia 31 de Agosto de 1930. **O Cruzeiro** (1829-1831) teve seu primeiro número editado no dia quatro de Maio de 1829 pelo padre Francisco Ferreira Barreto e seu último exemplar data de seis de Maio de 1831, e o **Amigo do Povo** (1829-1831) foi fundado no dia 30 de Maio pelo padre Jose Marinho Falcão Padilha e fechado no dia 18 de Dezembro de 1830. O primeiro jornal era impresso e vendido na Tipografia Fidedigna e os dois últimos na Tipografia do Cruzeiro. Em relação à periodicidade, o **Abelha** era publicado

---

<sup>4</sup> Nos exemplares disponíveis do **Abelha pernambucana** apenas a edição 22 possui três folhas, a mesma foi dedicada a questão do Banco do Brasil.

duas vezes por semana, às Terças-feiras e às Sextas-feiras. **O Cruzeiro** só não circulava aos Domingos e o **Amigo do Povo** era distribuído aos Sábados. E aqui encontramos uma informação divergente com Santos (1994: 36):

*Solto, tratou de fundar outro jornal oposicionista, A Abelha Pernambucana, para atacar as idéias absolutistas do diário O Cruzeiro e do periódico O Amigo do Povo. Por certo recebeu apoio financeiro dos Carpinteiros de São José, porquanto os dois jornais defendiam as idéias da sociedade secreta, da monarquia conservadora Coluna do Trono e do Altar.*

De acordo com as datas de fundação dos três jornais há uma inversão na colocação de Santos (1994), os impressos **O Cruzeiro** e **O Amigo do Povo** que foram fundados para atacar as ideias do **Abelha**. Segundo Morel e Barros (2003) no final do século XVIII e início do XIX, emergiu no contexto nacional uma figura distinta de homem público, a saber: o jornalista ou panfletário. A imprensa de opinião foi o *locus* encontrado por esses atores difundir ideias e concretizar embates públicos. Para Morel e Barros (2003: 15) essa missão era “[...] ao mesmo tempo política e pedagógica [...]”, pois a imprensa vinculava as diversas concepções sobre o que seria a nação, o seu governo, a forma que o povo deveria agir e como se daria a sua instrução, etc. É esse intenso debate entre a imprensa do período que segundo Morel e Barros (2003) criou-se um espaço público de crítica, no qual as opiniões políticas eram publicizadas sem tanta dependência dos governos, espaço esse denominado pelos autores de “opinião pública”<sup>5</sup>. Essas eram características comuns aos impressos da primeira metade do século XIX, Morel e Barros (2003: 49) destacam que:

*É preciso ter em mente a característica peculiar da imprensa da época; jornal de um homem só, artesanal, mais doutrinário que factual, impresso e vendido em tipografia, de linguagem veemente (por vezes agressiva e ofensiva), circulando com duas folhas e periodicidade irregular.*

Na primeira edição do Jornal **Abelha Pernambucana**, há um pequeno editorial para explicar a importância do novo impresso. Dessa forma, Borges da Fonseca inicia escrevendo: “Os Periodicos são no sistema Constitusional uma das primeiras nesidades dos Povos da qual naõ se pode presindir sem graves inconvenientes.” (ABELHA PERNAMBUCANA,

---

<sup>5</sup> Para Morel e Barros (2003: 21), a “[...] expressão ‘opinião pública’ é polissêmica - e também polêmica”, por isso interessa aos autores entender a gênese desse conceito no contexto brasileiro. Assim, “opinião pública” remete a uma opinião que ultrapassa o julgamento do privado e se torna um instrumento de debate com diversas acepções políticas.

1829<sup>a</sup>: 01). Segundo o intelectual, independentemente da qualidade dos periódicos e das ideias divulgadas:

[...] E' pois inegavel que quanto maior for o n. °. dos em uma Provinsia, tanto mais se divulgarão idéas uteis, e se consolidará a **opinião publica**: prinsipalmente se alinguagem por ele impregad(?) for a linguagem da razaõ, e da desensia, acomodando-se as imperiozas circunstancias em que se axar o Povo para quem se escreve. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829<sup>a</sup>: 01).

O objetivo do **Abelha** seria “animar” o debate público sobre diversos assuntos de interesse ao povo como a economia, o comércio, a medicina, as artes, etc. Ao fim desse primeiro editorial, Borges da Fonseca escreveu que espera o “acolhimento de juízo” das matérias pelo “Tribunal da Opinião Publica”. Foi no final do Primeiro Reinado e início da Regência que houve um crescimento da “palavra pública” (MOREL; BARROS, 2003), não só por meio da imprensa, mas também de associações e agrupamentos. Segundo Morel e Barros (2003: 30):

*É nesse contexto que se afirma como hegemônico outro tipo de concepção relativa à opinião pública. Inicialmente, surgem em jornais referências ao “Tribunal da opinião pública” [...]. Tratava-se, nesse caso, de uma publicação que não escondia sua simpatia pelo regime republicano vigente nos países vizinhos do Brasil e que por isso teria curta duração por força da repressão monárquica.*

E aqui já podemos inferir uma diferença entre os três periódicos, para **O Cruzeiro** e **Amigo do Povo**, a imprensa deveria servir para consolidar o regime monárquico e por isso a sua liberdade deveria ser vista com cautela. A imprensa deveria servir a nação e a sua consolidação, segundo **O Cruzeiro** (PROSPECTO, 1829: 01):

*Nada mais capaz de dirigir com acerto a opinião dos Póvos, e de consolidar o Governo estabelecido, do que os Periodicos, quando os seus Escriutores, despidos de prevenções, não tem por objecto, se não a prosperidade da Nação, que procuraõ instruir.*

Seguindo nessa mesma argumentação o editorial do primeiro número do **Amigo do Povo** (1829: 02) dizia que:

*O amigo do povo he aquelle, que lhe ensina a gozar da felicidade, que se pode achar em hum Governo moderado, a paz, a liberdade, o descanso. Nós lho ensinaremos em hum estillo tenue, e accomodado á sua esfera. Quanto aos republicanos, nós refutaremos no estilo do seu Governo, no estilo das Filippicas, e*

*catilnarias, no estillo, que elles tem adoptado para atacarem tudo quanto ha de sagrado, e profona em nome da sua liberdade licenciosa; sem com tudo seguir mos a sua immoralidade.*

*He necessário portanto rebatte-los para salvar o povo de seos eternos inimigos.*

Diferentemente do **Abelha** que se propunha a animar o debate público, os dois últimos jornais tinham como objetivo a defesa do regime monárquico, a partir da educação do povo. Interessante notar que para os editores dos três periódicos havia uma necessidade de se levar a instrução para o povo brasileiro, mesmo que de formas diferentes. Segundo Morel e Barros (2003: 41): “O que se formulava na perspectiva desses homens de letras era sobretudo a crença de que estariam imbuídos de uma missão pedagógica, esclarecedora, civilizadora.” Logo seria a educação, a cultura e o trabalho meios de se civilizar o povo brasileiro e a imprensa seria uma forma de se divulgar essas ideias na sociedade.

O **Abelha Pernambucana** teve seu último número, o 142, vinculado na terça feira, 31 de Agosto de 1830. Após passar os últimos cinco números praticamente só transcrevendo as atas da Câmara dos deputados. Não há grandes explicações apenas o redator volta a falar dos princípios divulgados pelo periódico e da importância desse na sociedade e na luta contra o absolutismo.

O jornal **Cruzeiro**, nada noticiou sobre o ocorrido, já o **Amigo do Povo**, anunciou sob o título de “Necrologia” a morte do jornal **Abelha Pernambucana**. Acusando o jornal de Borges da Fonseca de só ter divulgado mentiras. Declarou que o jornal nada havia de importante, que nunca divulgou nada de geografia, que de “Histotia, só aprendeu a dos negros, de quem era intemo amigo, de modo que muitos pensão, que só o parentesco a faria dizer delles tão bas cousas.” (NECROLOGIA, 1830: 01). Sobre as línguas declara a falta de conhecimento do editor com a Ortografia. A nota termina falando que “[...] finou a pobre Abelha na flor dos seus annos no dia sexta feira 31 de Agosto do corrente anno de 1830; mas a sua alma se passou a’animar outro corpo no Rio de Janeiro (segundo dizem) de cujas transmigração se agourão muitos males.” (NECROLOGIA, 1830: 01).

A simpatia de Borges da Fonseca pelo governo republicano foi relata por quase todos os que se dedicaram ao estudo dos seus escritos (BEZERRA, 1922; SANTOS, 1994; SODRÉ, 1999; FONSECA, 2011). O próprio intelectual, em tom irônico, acusa o Presidente da Província da Parahyba de ter fechado sua tipografia na cidade devido ao fato dele não ser vinculado à monarquia:

*Embora isto se diga, o fato é que calcou aos pés todas as Leis da Fazenda a respeito de Contratos, que se nos declarou formal perseguição, não sendo nós absolutistas nem criminosos, e que se prestou da cooperação aos trabalhos da Fazenda inimiga do Sistema atual do Governo que nos reje, em virtude da Cosntituição Política jurada pelo Brazil. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829c: 01).*

Para Bezerra (1922: 51) foi após a absorção do júri na Parahyba que Borges da Fonseca “[...] redobrou nos seus ataques às instituições, pregando francamente a Republica.” Sodré (1999: 112) destacou que desde a fundação da **Sociedade Secreta Jardineira** na Parahyba em 1828, Borges da Fonseca já era “[...] conhecido ali pelos seus pendores republicanos [...]”, fato esse que o levou a ser preso. Para Santos (1994: 15, grifo do autor), o intelectual “[...] até quando defende programas irreais e acredita em entidades salvadoras como *República e Federalismo*, exprime uma comovedora fé nos homens e na razão.”

Para Fonseca (2011), o jornalista sofreu a influência da teoria de Thomas Paine, e consequentemente de John Locke, na formulação dos seus princípios básicos sobre um governo republicano nos escritos do **Abelha Pernambucana**. A autora também destaca a publicação das notícias sobre a Confederação do Equador e a Constituição Americana, para explicar a posição de Borges da Fonseca como um republicano federalista.

Silva (2010), ao analisar a atuação de Borges da Fonseca durante as três fases do jornal **O Repúblico**, discorda das interpretações que sugerem a vinculação do jornalista ao republicanismo. Nas palavras da autora:

*Diferentemente da idéia de que Borges da Fonseca era “um homem contra o Império”, defendemos a premissa de que ele, nas três primeiras fases d’O Repúblico, postulava certa igualdade entre os “cidadãos”, que tinha por base o respeito à autonomia na forma de federação, preservando a monarquia constitucional. Na perspectiva do redator, federalismo e autonomia provincial não se confundiam necessariamente com projetos de república. (SILVA, 2010: 13).*

Podemos afirmar que no jornal **Abelha Pernambucana**, Borges da Fonseca deixa bem clara suas propensões não monárquicas e sua aversão ao governo brasileiro da época. Diversas vezes, o intelectual procura na teoria do contrato social rousseauiana (SANTOS, 1994; FONSECA, 2011) fundamentos para apoiar um governo republicano e federalista. A afirmação de Silva (2010) pode ter sido causada, em partes, pela declaração do próprio Borges da Fonseca nos primeiros números do jornal **O Repúblico**, no qual ele afirma ser monarquista e que o no “republico” teria o significado de *bem público*. Porém, concordamos com Sodré (1999), Morel (2005) e Fonseca (2011) quando afirmam que essa declaração foi



apenas uma forma que o intelectual encontrou para se estabelecer na sede do governo central, a cidade do Rio de Janeiro. Morel (2005) analisa a atuação de grupos de intelectuais no início do Império brasileiro e registra que houve uma violenta coerção da administração pública a alguns “homens da imprensa”, os quais deveriam se enquadrar no “jogo político predominante”.

Entender a atuação de Borges da Fonseca como editor do **Abelha Pernambucana** e sua percepção da instrução/educação no Brasil será a base do nosso próximo tópico.

### **“A educação, a educação eis o unico meio de rejenerar um povo”: a instrução e a imprensa nos escritos de Borges da Fonseca**

A imprensa tinha um papel central para os grupos de intelectuais do século XIX e início do século XX, os periódicos eram um espaço de divulgação de ideias e de embates políticos e sociais (MOREL; BARROS, 2003). A utilização dos jornais como fontes de pesquisas pode contribuir para que o pesquisador perceba a movimentação de ideias do período, além do cotidiano dos projetos políticos e educacionais, os quais eram alvo de disputa na sociedade. Havia, portanto, uma consciência da importância da imprensa pelos intelectuais como local de desenvolvimento tanto da cultura quanto da educação, e por isso uma instituição indispensável para a nação.

Ao falar da sua tipografia fechada na Parahyba, Borges da Fonseca equiparou sua atuação de professor de primeiras letras com a de jornalista. Para o intelectual os dois cargos eram para a melhoria do país:

*Recordando-nos de todos os pasos dados pelo Sr. Gabriel Jetulio como Presidente da Paraiba contra nós, ja na qualidade de Professor Publico de Primeiras Letras, ja na de Redator da Gazeta Paraibana, razão de sobra temos para atribuir a sua eiselentissima influensia a toda a marxa tida com nosco nesta anulação do contrato em questão: embora S. Eisel ande agora a querer pôr panos quentes dizendo que não era sua tensão embarasar-nos de escrever, que pelo contrário iso dezejava ele, porem que nós é que fomos presipitados na diliberasão que tomamos &c. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829c: 01, grifo nosso).*

Segundo Teixeira e Schueler (2006), os professores de primeiras letras no Império foram responsáveis pela publicação de diversas obras como livros de leitura, livros didáticos e artigos nos jornais, assim como foram partícipes de atividades sociais e políticas como sua inserção na imprensa, nas conferências, nas associações, etc. Borges da Fonseca defendeu a

imprensa e a instrução como fulcrais para a formação do cidadão. Para o intelectual a imprensa seria uma forma de ilustrar o povo: “Mas qual será o remedio para os males que tem resultado da inorancia do pôvo? A sua ilustração. Eis o por que a Abêlha cometeu a onroza empreza de contribuir com o seu contijente para este grande fim [...]” (PUBLICOLA, 1829: 01). Morel e Barros (2003: 43) destacam que esses primeiros jornalistas “[...] se apresentavam como cidadãos e escritores ativos, como construtores da opinião que almejavam conduzir a sociedade a algum tipo de progresso e de ordem nacional”.

Para tanto, o jornalista - explicou nos números iniciais do seu jornal - que escreveria de forma fonética em seu jornal. Assim, o jornal **Abelha Pernambucana** e ele - na qualidade de seu redator - seguiam a “Ortografia Filozotica, ou a da pronunciação”. Borges da Fonseca explicou que o primeiro divulgador dessa seria João de Barros, “*Luiz Antonio Vernei* tambem a seguiu, posto que se limitase a supresão das letras dobradas, se dís, e do H. Dom *Joze Joaquim de Azerêdo Coutinho* reduziu-a a compendio, e ordenou que por ela se escrevese no Seminario d’Olinda. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829b: 01, grifo do autor). Porém, é importante ressaltar que a escrita de pronunciação de Borges da Fonseca foi criticada diversas vezes pelos seus opositores. O editor do jornal **O Cruzeiro** (1829: 02), padre Barreto, diz na segunda edição:

*Depois de huma semelhante Folha, tal como a quella de que acabamos de falar, estava ainda reservada para esta Provincia a injuria atróz de possuir Abelha! Que lastima, e que vergonha! Seu Redactor escaldado por huma imaginação visionaria, alem de se tornar o Campião, e o Antesignado dos que podem todo o seu merito no insulto, e na desordem, vive na privação absoluta de todos os conhecimentos, e de todas as luzes. Não se acha na Abelha, nem Gramatica, e nem Orthographia. E que se poderá achar n’hum Periodico, que nem ao menos tem isto? Os erros mais crassos formigaõ n’quelle papeluxo immundo, de baixo de huma Orthographia castrada, ou mesmo sem nenhuma. Sim, sem nenhuma.*

*[...] e o Redactor da Abelha escreve com sigo mesmo: isto he, sem Verney, sem nem hum Aucthor, sem nem huma Orthographia; com os seus erros, com sua profunda, e total ignorancia, e na sua lingoagem bastarda. Que lastima, e que vergonha!*

Borges da Fonseca explicou que essa forma de escrita facilitaria o entendimento do leitor, fazendo com que o seu jornal atingisse um público maior, fato esse que seria importante para elevar o nível de conhecimento do povo, para tal o intelectual trouxe uma citação de Barboza:

*Ja se vê que as Ortografias Etimolojica e a Uzual estão totalmente fora do alcanse do Pôvo iliterado. Porque nem ùa regra segura se lhe pode dar, ou de perseber*

*para deixar de errar a cada passo, que não seja a de largar a pena a qualquer palavra, que queira escrever, para consultar o vocabulário da Língua. Porém a Ortografia da Pronúncia não é a sim. Retificada que seja esta; não tem ela mais do que distinguir os sons, quer simples, quer compostos, de que consta qualquer palavra, e figurá-los com os caracteres próprios, que os Alfabetos Nacionais para isso lhe dão. (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829b: 01).*

Assim a ortografia de pronúncia para o intelectual era uma forma de alcançar o povo iletrado. Percebemos aqui a função educacional que Borges da Fonseca atribuía ao seu jornal, para ele era imprescindível que houvesse um alargamento dos seus leitores. Ao escrever no jornal ele continuaria, de certo modo, a exercer sua função de professor. Ou seja:

*O que se formulava na perspectiva desses homens de letras era sobretudo a crença de que estariam imbuídos de uma missão pedagógica, esclarecedora, civilizadora. Desejavam contribuir para incorporar à sociedade as camadas que, de classes perigosas ou ameaçadoras, poderiam se transformarem elementos úteis e integrados, por meio da educação e da cultura, ao trabalho e a um determinado grau de cidadania. (MOREL; BARROS, 2003: 41).*

No final dessa matéria, Borges da Fonseca explicou que tentaria seguir com essa escrita: “Nos faremos o que podemos por seguir exatamente a Ortografia da Pronúncia, se no entanto falirem nosas fôrsas, **contentar-nos emos em que os dezejzos da instrusão Publica** procurem corrigir nosas faltas [...]” (ABELHA PERNAMBUCANA, 1829b: 01, grifo nosso). Para Fonseca (2011: 06), “[...] ao qualificar a escrita como ‘de pronúncia’, Borges da Fonseca pretendia adotar uma redação referenciada pela ortografia fonética ou sônica com características marcadamente regionais.” E ainda que:

*Talvez seja lícito supor, ainda que o redator não tenha estabelecido tal correlação, que a particular ortografia de seus periódicos inscreva-se no projeto político mais amplo em prol do federalismo, compreendido também como a afirmação das peculiaridades locais, assimilando-se assim as formas de expressão oral e escrita. (FONSECA, 2011: 06).*

Logo, ao contrário da relação da sua escrita com o federalismo, podemos afirmar que Borges da Fonseca estabeleceu, diretamente, uma ligação da sua forma de escrever com a educação do povo. Essa foi uma das características da imprensa do período, para Morel e Barros (2003: 41):

*Se diversas publicações passam a se dirigir a essas camadas desfavorecidas, isso significa, também que tais grupos marcavam indiretamente sua presença no*

*universo impresso, alargando os limites tradicionalmente reconhecidos de um público leitor restrito.*

Segundo Morel e Barros (2003: 103), a imprensa imperial deve ser percebida como uma “complexa teia de circulação, recepção e retransmissão de conteúdos”, na qual se ultrapassa a dicotomia leitores e não leitores, alfabetizados e não alfabetizados. Para os autores, marcas nos impressos - como a escrita fonética de Borges da Fonseca - indicam que esses intelectuais não escreviam apenas para serem lidos entre si, ou seja, havia interações sociais e as “elites letradas [...] se relacionavam com diferentes setores da população, socialmente abaixo ou acima delas.” (MOREL; BARROS, 2003: 104).

Os professores de primeiras letras, como integrantes de um determinado grupo de intelectuais, possuíam no processo de formação integração da “[...] própria constituição da cultura escolar e abarcava não apenas os saberes e as práticas de ensino, mas, sobretudo, os gestos e as feições, as formas de agir e de comportar-se no cotidiano da educação escolar. (TEIXEIRA; SCHULER, 2006: 6123-6124). Dessa forma, para esses pesquisadores, o intelectual seria aquele que, coletivamente ou sozinho, agia na sociedade como portador de alguns valores específicos, Teixeira e Schueler (2006) e Boto (2003) verificaram em suas pesquisas que o professor de primeiras letras no período estudado reconheciam o lugar de guardião de valores, específicos da docência, como também envolvia a educação dos valores, da formação de virtudes, da moral, do civismo e da civilidade. Por isso, as autoras percebem a possibilidade de compreendê-los como intelectuais, pois esses professores ao produzirem obras, livros artigos em jornais e revista e até mesmo ao assumirem cargos públicos, procuravam disseminar os valores da ideologia de nação.

### **Considerações Finais**

Compreender como os intelectuais, que foram professores de primeiras letras, atuaram na imprensa brasileira é um fenômeno pertinente para a história da educação no Brasil. A imprensa tinha um papel central para os grupos de intelectuais do século XIX e início do século XX, os periódicos eram um espaço de divulgação de ideias e de embates políticos e sociais. Havia, portanto, uma consciência da importância da imprensa pelos intelectuais como local de desenvolvimento tanto da cultura quanto da educação, e por isso uma instituição indispensável para a nação.

Borges da Fonseca defendeu a imprensa e a instrução como indispensáveis para a formação do cidadão. Para o intelectual sua escrita no jornal poderia ser comparada a sua atuação como professor de primeiras letras, dessa forma tanto a imprensa, quanto a instrução, seriam as responsáveis pela difusão das luzes na sociedade brasileira e a única forma de regeneração do povo. Por fim, as discussões do período revelam um movimento de ideias, as quais passaram por diversos proponentes, em que a instrução pública foi percebida como um importante instrumento de civilização do povo. As instituições, como a imprensa, procuravam disseminar um ideal de cidadão e de nação, ligado à noção de civilização.

### Referências e Fontes

ABELHA PERNAMBUCANA. Recife, n. 01, 24 abr. 1829a. Disponível em: <  
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=xx0421&PagFis=1&Pesq=>>.  
Acesso em: 24 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Recife, n. 29, 31 jul. 1829b. Disponível em: <  
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=xx0421&PagFis=1&Pesq=>>.  
Acesso em: 24 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Recife, n. 72, 29 dez. 1829c. Disponível em: <  
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=xx0421&PagFis=1&Pesq=>>.  
Acesso em: 24 jun. 2014.

AMIGO DO POVO. Recife, n. 01, 30 maio 1829. Disponível em: <  
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=xx0719>>. Acesso em: 24  
jun. 2014.

AMORIM, E. D. Arquivos, pesquisa e as novas tecnologias. In: Faria Filho, L. M. (Org.).  
**Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a História da Educação**. Campinas:  
Autores Associados, 2000. p. 89-99.

BEZERRA, Alcides Bezerra. A imprensa na Parahyba. **Revista do Instituto Historico e  
Geographico Parahybano**, Parahyba, Imprensa Oficial, p. 51-84, 1922.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras  
configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)**. 2012.  
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FONSECA, Silva Carla Pereira de Brito. O ideário republicano de Antonio Borges da  
Fonseca. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Anais do XXVI simpósio nacional da  
ANPUH - Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 01- 16.  
Disponível em: < [http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=775](http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=775)>.  
Acesso em: 20 jun. 2014.

LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111 - 153.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NECROLOGIA. **Amigo do Povo**, Recife, n. 67, 04 set. de 1830. Disponível em: <  
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=xx0719>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

O CRUZEIRO. Recife, n. 02, 05 maio 1829. Disponível em: <  
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778440>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2014.

PROSPECTO. **O Cruzeiro**, Recife, n. 1, 04 maio 1829. Disponível em: <  
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778440>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2014.

PUBLICOLA em Pernambuco. **Abelha Pernambucana**, Recife, n. 04, 05 maio 1829. Disponível em: <  
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=xx0421&PagFis=1&Pesq=>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

SANTOS, Mário Márcio de A. **Um homem contra o Império**: Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa: A União, 1994.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. **A trajetória d'o *Repúblico* no fim do primeiro reinado e início da regência**: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832). Dissertação (Mestre em História) - Universidade Federal do Fluminense, Niterói, 2010.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Paraíba durante o Império. In: SILVA, Nelson Coelho da (Org.). **A Paraíba nos 500 Anos do Brasil**. v. 01. João Pessoa: A União, 2000. p. 31-52.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TEIXEIRA, Josele; SCHUELER, Alessandra. Experiências profissionais e produção intelectual de professores primários na corte imperial (1860 – 1889). In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. Anais... Uberlândia: Editora da Universidade, 2006. v. 1. p. 6122-6133. Disponível em:<  
[http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/553Alessandra%20Schueler\\_Josele%20Teixeira.pdf](http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/553Alessandra%20Schueler_Josele%20Teixeira.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2012.